

Balanço Patrimonial - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022
Nota 31/12/2022

CENTRAL EÓLICA BORBOREMA IV S.A.		
CNPJ/MF nº 47.034.101/0001-47		
Demonstrações financeiras - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)		
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	7	50
Total do ativo		50
Notas explicativas das demonstrações financeiras - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)		
1. CONTEXTO OPERACIONAL		
A Central Eólica Borborema IV S.A. ("Companhia" ou "Borborema IV"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em julho de 2022, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da central geradora eólica EOL Borborema IV e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fuso na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, sala 84, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. 1.1. Autorização da central geradora eólica EOL Serra da Borborema IV: Em 23 de agosto de 2021, a EOL Serra da Borborema IV foi autorizada pela ANEEL como objeto de exploração para fins de geração de energia na modalidade de produção independente por 35 anos, a contar desta data de publicação, com término de vigência em 22 de agosto de 2056.		
Empresa	Central Eólica Serra da Borborema IV S.A.	
Modalidade	Produtor Independente	
Outorga	Autorização	
Estado	PB	
Capacidade instalada (MW)	43,4	
Autorização / Registro	Inicio 23/08/2021	Término 22/08/2026
1.2. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido ao fato de o parque eólico estar em fase de desenvolvimento e construção. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2023 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do financiamento junto aos Bancos de Desenvolvimento (ii) aporte de capital da sua controladora.		
2. BASE DE PREPARAÇÃO		
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 21 de agosto de 2023.		
2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 11 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.		
3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO		
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.		
4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS		
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas, quando aplicável, nas próprias notas explicativas.		
5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS		
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. b) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil podia não ser recuperável. Os valores recuperáveis são determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. c) Demais ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. d) Fornecedores: Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. e) Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. f) Capital social: Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. g) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.		
Aos Administradores e Acionistas - Central Eólica Borborema IV S.A.		
Opinião		
Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Borborema IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 5 de julho à 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas financeiras significativas e outras informações elucidativas.		
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Borborema IV S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 5 de julho à 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.		
Base para opinião:		
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.		
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras		
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.		

CNPJ/MF nº 47.034.101/0001-47

Demonstrações financeiras - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Nota 31/12/2022

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	8	12.540
Impostos a pagar		191
Total do passivo		12.731
Patrimônio Líquido	9	
Capital social integralizado		50
Prejuízos acumulados		(12.731)
Total do patrimônio líquido		(12.681)
Total do passivo e patrimônio líquido		50

Nota 31/12/2022

Demonstrações de resultados - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Nota 31/12/2022

Despesas operacionais

10

Despesas gerais e administrativas

(12.731)

Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro

(12.731)

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

(12.731)

Resultado líquido do exercício

(12.731)

Demonstrações dos resultados abrangentes

31/12/2022

Resultado líquido do exercício

(12.731)

Outros resultados abrangentes

-

Resultado abrangente do exercício

(12.731)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31/12/2022

Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Lucros/prejuízos acumulados

Total

Saldo em 05 de julho de 2022

-

Capital social subscrito conforme ato societário

500

Capital social a integralizar conforme ato societário

(450)

Prejuízo do exercício

(12.731)

Saldo em 31 de dezembro de 2022

50

(12.731)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

31/12/2022

Fluxo de caixa das atividades operacionais

(12.731)

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

(12.731)

Variações em:

-

Fornecedores

12.540

Impostos a pagar

191

Caixa proveniente das atividades operacionais

-

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

50

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

50

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa

50

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

50

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

-

1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2. Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, incluídos na seguinte nota explicativa; (iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que não são observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado. 11.2. Risco de juros: O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco comparável com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dessa parcela de empréstimos aproxima-se a seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. 11.3. Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determin